

Ministro impõe limite *Saúde* para caso de infecção

25 JUN 1923

**Da sucursal e
da regional**

O hospital que registrar algum caso de infecção hospitalar, decorrente do uso inadequado das normas para controle e prevenção desse tipo de problema — estabelecidas em portaria que o ministro Waldyr Arcoverde, da Saúde, assinou ontem, em Brasília —, estará sujeito a responder processo por infração sanitária, segundo o documento ministerial.

Em sua portaria — que traz cinco anexos contendo as instruções para o controle da infecção —, Waldyr Arcoverde obriga a todos os hospitais do País a constituírem comissões de controle de infecção hospitalar, formadas por representantes do serviço médico, da administração, do serviço de enfermagem, do laboratório de análises clínicas, dos médicos residentes e da farmácia hospitalar.

No quarto anexo de portaria ministerial, as cirurgias são classificadas por potencial de contaminação, o que servirá para definir se estão altas ou toleráveis os índices de infecção. Por exemplo, um hospital que tenha predominância de operações limpas, como as cirurgias plásticas, não pode ter um índice alto de infecção. Entretanto, o estabelecimento que fizer um maior número de operações classificadas de infectadas (como o apêndice supurado) pode ter um índice mais alto de infecção. As cirurgias, além de limpas e infectadas, são classificadas como potencialmente contaminadas (vesí-

cula), e como contaminadas (apêndice sem processo de supuração).

Reativação

Em São José do Rio Preto, a reativação do Hospital Egas Muniz, o único na América do Sul que atende psicóticos, toxicômanos e alcoólatras em regime aberto, está sendo tentada por um grupo de médicos, e, caso até fins de julho não se tenha solução, será definitivamente fechado, pois o prazo dos convênios com órgãos previdenciários expira dentro de um mês, e não seriam renovados.

“É um hospital anti-Juqueri, diz seu fundador, o psiquiatra Marden Ivan Negrão. Ele funcionava desde 68 em prédio alugado, e teve que desocupá-lo, porque foi vendido a uma construtora, e nos seus 15 anos de atividades atendeu a mais de dois mil pacientes, não se registrando uma só fuga ou abandono. No hospital, nenhuma das dependências tinha chaves (exceção à farmácia), dando-se ampla liberdade de movimentação aos doentes. Também nunca tivemos problemas de agressividade.”

Pacientes que passaram pelo hospital chegaram a encaminhar pedido à Prefeitura, para que colaborasse com a direção, a fim de reativá-lo. Mas não obtiveram resposta. “Pedimos prorrogação dos convênios com Inamps e Iamspe, que se encerrariam em junho. E, se até fins do próximo mês não tivermos solução, o hospital será fechado definitivamente”, salientou Marden Ivan Negrão.